

Controles internos e sistema integrado de gestão: análise da sua relação junto aos escritórios de contabilidade de Santa Maria/RS.

Resumo

Tendo em vista, a variedade e complexidade dos serviços contábeis para a gestão empresarial, faz-se necessária à implementação de sistemas de controles internos e sistemas integrados de gestão. Nesse contexto, procura-se responder a questão-problema: como se caracteriza a relação entre sistemas de controle interno e sistemas integrados existentes nos escritórios de contabilidade de Santa Maria/RS? Dessa forma, esta pesquisa buscou verificar e descrever a existência da relação entre controle interno e sistema integrado nos escritórios de contabilidade no município de Santa Maria/RS, no ano de 2017. Além disso, especificamente, o estudo preocupou-se em traçar o perfil e caracterizar a estrutura destes escritórios. A metodologia utilizada envolveu uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, cujo procedimento técnico consistiu no levantamento, via formulário, com perguntas fechadas, que investigaram o perfil e estrutura dos escritórios de contabilidade, bem como o gerenciamento dos controles internos e de informações. Esse foi aplicado em 34 escritórios de contabilidade de Santa Maria, junto aos gestores, no período de julho a setembro de 2017. Os resultados evidenciaram que 44% dos escritórios apresentam controle interno total e 47% controle interno parcial. Já em relação à utilização do sistema integrado, observou-se que 59% dos escritórios possuem sistema integrado parcial e 32% total. Quanto a estrutura e perfil das organizações pode constatar-se que são classificadas como empresas de pequeno porte e 94,12% deles optam pelo Simples Nacional. Além disso, ainda foi possível observar uma possível relação entre o porte das organizações e sistema de controle interno e sistema integrado de gestão.

Palavras Chaves: CONTROLE INTERNO; SISTEMA DE INFORMAÇÃO; ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS.

Linha Temática: Controle financeiro, tributário e gerencial.

1.Introdução

O controle interno torna-se vital a partir do momento em que as empresas devem entregar melhores resultados aos seus clientes, tendo em vista a competitividade do mercado. Para Crepaldi e Crepaldi (2016), controle interno são todos os instrumentos da organização, destinados a vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar seus acontecimentos verificados dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. Nessa linha, Pereira (2004) conclui que as informações provindas do controle interno representam subsídios fundamentais para o desenvolvimento de uma prática de gestão satisfatória.

Na busca de uma gestão empresarial que seja considerada satisfatória, os serviços oferecidos pelos escritórios de contabilidade buscam fornecer dados e informações confiáveis, de qualidade e excelência. Tendo em vista, a variedade e complexidade desses serviços prestados, faz-se necessária a implementação de sistemas de controles internos e das









informações, para que assim se reduzam erros, distorções, fraudes, custos e aumente a confiabilidade das informações. Tornando assim, a gestão mais eficiente.

Segundo Attie (2010) a importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Uma maneira de aprimorar o controle interno nas organizações é através de um sistema integrado de gestão, no qual, os dados de todas os departamentos do escritório possam ser de comum conhecimento de todos e de fácil acesso no sistema. Para Rosini e Palmisano (2012), as empresas utilizam esses sistemas para gerenciar e filtrar os dados coletados, transformando-os em informações úteis. Dessa maneira, o controle interno apoiado em um sistema integrado de gestão poderá entregar melhores resultados com confiabilidade nas informações.

Nesse contexto, procura-se responder a seguinte questão-problema: como se caracteriza a relação entre sistemas de controle interno e sistemas integrados existentes nos escritórios de contabilidade de Santa Maria/RS?

Diante disso, este estudo objetivou verificar e descrever a existência da relação entre controle interno e sistema integrado nos escritórios de contabilidade no município de Santa Maria/RS, no ano de 2017. Além disso, especificamente, o estudo preocupou-se em traçar o perfil e caracterizar a estrutura dos escritórios contábeis do município de Santa Maria/RS. Este estudo se justifica pela relevância e utilidade dos controles internos e sistema integrado de gestão para a gestão empresarial.

Os escritórios contábeis foram o alvo da pesquisa, pois associa-se a eles a natureza dos controles internos. Além disso, diante do cenário brasileiro, das fraudes e corrupções, faz-se necessário maior controle interno das organizações, juntamente com seus sistemas de informação.

Um estudo (Rocha, 2009) semelhante a esse foi realizado na região Metropolitana de Belo Horizonte, em que buscava-se analisar os sistemas de gerenciamento e de controle interno dos escritórios contábeis dessa região. Os resultados deixaram evidente a dificuldade em integração da parte gerencial e administrativa com as demais e implantação de controles nessas áreas.

Assim, o presente estudo ao identificar a relação entre controle interno e sistemas integrados de gestão existentes nos escritórios do município de Santa Maria- RS contribui para as discussões acadêmicas a respeito do gerenciamento das atividades dos escritórios contábeis, da elaboração das informações contábeis e dos procedimentos técnicos adotados na elaboração das mesmas.

2 Referencial teórico

2.1 Controle interno

O controle interno de uma organização representa o conjunto de rotinas, métodos, procedimentos por ela adotados na execução de suas tarefas tendo em vista a proteção do seu ativo e a geração de informações confiáveis para a gestão da empresa. Segundo o Comitê das Organizações Patrocinadoras [COSO] (2013) define controles internos como "um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade".









Cabe a administração determinar o controle interno adequado a organização. O Instituto Brasileiro de Auditores Internos do Brasil [AUDIBRA] (2004) menciona que os controles internos devem ser entendidos como "qualquer ação tomada pela administração para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas sejam atingidos".

Conforme menciona Attie (1998, p. 112), controle interno compreende "o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, com intuito de promover eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pelos gestores".

Os princípios dos controles internos norteiam a execução de tarefas dentro das empresas. Crepaldi (2016) definiu sete princípios fundamentais de controles internos: responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação de funções, confronto com ativos, amarração do sistema e auditoria interna.

No que tange aos princípios dos controles, Cordeiro (2013), afirma que

:

Como se sabe, a natureza da estrutura de controles internos varia de uma empresa para outra, devido às particularidades do segmento econômico de cada uma. Isso, porém, não invalida o reconhecimento da existência de princípios fundamentais que devem estar presentes em qualquer estrutura de controle eficiente. (Cordeiro, 2013, p. 74).

Desta forma, é evidente que para a obtenção de um controle interno eficiente dentro de uma organização é indispensável que existam princípios de controles internos que sejam seguidos pela organização como um todo.

2.2 Controle interno em escritórios contábeis

Partindo-se do objetivo principal da contabilidade de proteger o patrimônio, tem-se a função inerente de controle para salvaguardar os ativos da empresa. Assim, pode-se afirmar que a contabilidade por si só, é o controle de muitas empresas através de suas técnicas de escrituração em livros (físicos e digitais), fichas, notas, formulários e demais instrumentos utilizados. A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 785/95, que aprova a norma brasileira de contabilidade NBC-T 1, estabelece que a informação contábil deve ter valor real, ou seja, ser útil e necessária, ser confiável, tempestiva, compreensível e comparável.

Porém, para que as informações prestadas, que são utilizadas não apenas como controles, mas principalmente para a tomada de decisão sejam confiáveis e fidedignas, é necessário controlar a consecução das atividades do setor contábil da organização ou do escritório (no caso de terceirização dessa atividade). De acordo com Attie (1985, p. 60), "um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em um controle interno eficiente é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações contidas nos seus relatórios". Segundo o mesmo autor, as informações contábeis mal elaboradas podem levar a conclusões erradas e prejudiciais à organização.

Um controle interno adequado à organização contábil é fundamental para assegurar que as informações dos relatórios e demonstrativos por elas geradas estão livres de distorções relevantes, e, desta forma, podem servir de auxílio à gestão organizacional.









A Coleção Seminários CRC-SP/Ibracon (2000, p. 59), aponta o que a contabilidade em conjunto aos controles internos deve garantir: que as diretrizes elaboradas pela organização estão sendo seguidas de forma regular, direcionando, por exemplo, que as atividades desenvolvidas pelos escritórios de contabilidade, alcancem, desta forma, o objetivo contábil de controlar o patrimônio.

- a) as operações estão sendo executadas de acordo com as autorizações gerais ou específicas da administração;
- b) as operações estão sendo registradas oportunamente pelo valor correto, nas contas adequadas e no período contábil certo, de maneira que o preparo das demonstrações contábeis seja realizado dentro de critérios estáveis e que possa haver um controle contábil dos ativos;
- c) o acesso aos ativos está sendo realizado apenas por pessoa autorizada, para minimização da ocorrência de fraudes e, no caso de existir alguma, haver a possibilidade de descobrimento rápido e determinação de sua abrangência;
- d) a comparação dos registros de controle dos ativos com os ativos existentes está ocorrendo com intervalos razoáveis para que sejam tomadas medidas saneadoras em caso de constatação de diferenças;
- e) a localização de erros e desperdícios é possível, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao se registrarem as operações;
- f) a eficiência e a motivação do pessoal estão sendo estimuladas;
- g) um controle eficiente sobre todos os aspectos vitais e estratégicos do negócio possa ser obtido.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC-T 16.8 (2008), o controle interno é considerado como um suporte para o sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade.

2.3 Sistema de Informação contábil

Cada vez mais as empresas na geração de suas informações utilizam sistemas de informação eletrônicos para facilitar as tarefas e também para dar maior confiabilidade às informações. Catelli (2001, p. 260) diz que um modelo de informação pode ser entendido como "uma representação abstrata de como devem ser concebidas as informações, orientando a estruturação do sistema de informações da empresa".

O Sistema de Informação Contábil (SIC) é o instrumento que coleta, processa e transforma os dados em informações em forma de relatórios contábeis destinados à administração, ao fisco e aos demais usuários externos a que interessarem (Bairro, 2008).

Para Selhost (2008. p. 20), o principal objetivo de um sistema de informação é

Atender as necessidades de obtenção, armazenamento, tratamento, comunicação e disponibilização de informação da organização em todas as









áreas funcionais, integrando os níveis hierárquico com informações para definição de estratégias, gerenciamento tático e controle operacional, atendendo aos usuários internos e externos da organização.

Segundo Mañas (1999) um sistema de informação permite mostrar em que pontos tomar decisões, para permitir maior agilidade e flexibilidade da empresa para ser mais competente diante da concorrência.

Para Padoveze (2014), o SIC está dividido em sistema de informação operacional e sistema de informação gerencial. O sistema de informação operacional é criado automaticamente pelas necessidades de administração operacional. Como exemplo, nos escritórios contábeis, são os sistemas de informação utilizados nos departamentos contábil, fiscal e pessoal. Já, segundo o mesmo autor, os sistemas de apoio à gestão preocupam-se basicamente com as informações necessárias para gestão econômico-financeira da empresa. Nos escritórios de contabilidade, o sistema de informação administrativo, o qual integra o fluxo de caixa e o sistema de informação gerencial, no qual somente os sócios têm acesso, são sistemas de apoio à gestão.

Estudos anteriores (Oliveira, Muller e Nakamura, 2000) apontam para o uso de SIC aliados principalmente à gestão. A pesquisa realizada por estes autores foi desenvolvida no estado de Paraná e buscou verificar os sistemas de informação contábil junto a pequenas empresas de motores. O estudo concluiu que relativamente aos motivos que as levam fazer uso das informações geradas pelo SIC, em 90% das empresas ocorre efetivamente a utilização do SIC para atendimento das necessidades administrativas, tanto de cunho fiscal quanto gerencial, e que, contrariando o quase senso comum de que tal utilização era mais intensa para atendimento das necessidades de cunho fiscal.

2.4 Sistema de informação integrado

Um sistema de gestão capaz de integrar todas as áreas de uma empresa é capaz de fornecer uma informação mais completa, mais inteligente e assim mais eficiente para a gestão, pois com uma visão mais global da empresa, podem-se identificar falhas no processo e, assim, eliminá-las. Ainda, segundo Catelli (2001) informação "é um recurso da empresa que permite a integração, a comunicação e a dinâmica de seus subsistemas".

Para Padoveze (2014), a utilização de um sistema gerencial de informações irá atingir seu objetivo de fornecer relatórios para a tomada de decisão, a partir da possibilidade de consolidação e aglutinação das informações, para obter uma melhor gestão de todas as áreas da empresa, dinamizando o fluxo de informações.

Os sistemas fornecem informações que passam a ser base para as estratégias de curto e longo prazo das organizações, pois transformam os dados em informações e estes dados registrados, posteriormente, são analisados, servindo para projeções. Assim, segundo Rezende (2003, p.34), "facilitam as empresas a trabalharem com situações de mudanças, constituindose num excelente instrumento de gestão".









3. Metodologia

Os procedimentos metodológicos são os instrumentos técnicos e intelectuais pelos quais pode-se alcançar o conhecimento. Descreve-se aqui o tipo de pesquisa realizada e, posteriormente, apresenta-se a amostra utilizada bem como os procedimentos perseguidos para a coleta de dados e como a análise dos dados foi conduzida.

3.1 Classificação da pesquisa

A pesquisa classifica-se, quanto à abordagem do problema, como quantitativa e qualitativa. Segundo Michel (2015) a pesquisa qualitativa é aquela que se propõe colher e analisar os dados obtidos e enfatizar o processo mais que o resultado. De acordo com o mesmo autor, a pesquisa quantitativa se caracteriza pela quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas.

Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva. A finalidade dessa pesquisa é observar e registrar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. (Barros e Lehfeld, 2007).

O procedimento técnico adotado é o estudo de caso, utilizando-se da técnica de levantamento. "Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". (Yin, 2005, p.32).

Utilizou-se a técnica de levantamento através da aplicação de 34 formulários junto aos gestores dos escritórios contábeis no município de Santa Maria/RS no período de julho a setembro de 2017. Destaca-se que a pesquisa de levantamento utiliza técnicas estatísticas e análise quantitativa e permite o cálculo da margem de erro (Silva, 2003).

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

Utilizando a ferramenta *Google Earth Pro*, constatou-se que o total dos escritórios contábeis de Santa Maria, em agosto de 2017, era de 42. Destes, pôde-se observar que a maioria se encontra localizado na região central da cidade. Traçou-se, então, um raio de 1,5 Km do centro da cidade para a determinação dos escritórios contábeis a serem investigados. O marco escolhido foi a Praça Saldanha Marinho. Dentro deste raio considerou-se a amostra da pesquisa, com 35 escritórios contábeis. Destaca-se que os termos utilizados na busca foram: escritórios contábeis, escritórios de contabilidade; organizações contábeis; assessoria contábil; contador; associação contábil, contabilidade e gestão contábil. Os escritórios considerados foram aqueles constituídos como sociedades, pois parte-se do pressuposto de que esses possuem perfil e estrutura melhor alinhada com controles internos implantados e sistemas de informação, pois necessitam gerar informações gerenciais para o processo decisório.

Como técnica de levantamento, o formulário utilizado e aplicado aos sócios dos escritórios contábeis foi composto por perguntas fechadas que permitiram traçar o perfil e estrutura desses. Este formulário foi elaborado com base nos estudos de Rocha (2009) e está dividido em 2 blocos, contendo 20 questões ao todo. Primeiramente o questionário apresenta questões que tem por objetivo descrever a estrutura e o perfil dos escritórios. São questões referentes ao tempo de vida dos escritórios, faturamento, enquadramento fiscal, quantidade de sócios, funcionários e clientes, formação técnica dos sócios e funcionários e características gerais dos clientes.









Já em um segundo momento as questões são direcionadas à informações de controle interno e sistema integrado de gestão nos escritórios, além de conter uma questão que aborda sobre os recursos que dão suporte às decisões gerenciais.

A coleta de dados foi pré-textada em 3 escritórios contábeis e não houve necessidade de ajustes e/ou adaptações.

3.3 Análise e Interpretação de Dados

Para a análise e interpretação dos dados utilizou-se da estatística descritiva. Uma estatística descritiva utiliza o comportamento da amostra para caracterizar o que é comum, caracterizando assim, os grupos. De acordo com Mattar (2001, p.62), "os métodos descritivos têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da(s) amostra(s) estudada(s)".

Segundo Marconi & Lakatos (2001), o objetivo da estatística descritiva é o de representar, de forma concisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados. Assim, torna-se muito importante na elaboração de resultados permitindo que sejam sintetizados os dados e geradas as informações relevantes à pesquisa.

Primeiramente, os dados foram tabulados em Planilhas Eletrônicas do Excel e identificou-se o perfil e estrutura dos escritórios. Num segundo momento, determinaram-se as áreas que possuem controle interno implantado e sistema integrado nos escritórios. Por fim, relacionou-se o perfil e estrutura dos escritórios contábeis com o controle interno e sistema integrado, buscando associar essas informações.

4 Resultados e discussões

4.1 Estrutura e Perfil dos Escritórios de Santa Maria RS

O estudo realizado permitiu traçar o perfil e estrutura dos escritórios de contabilidade de Santa Maria- RS. O tempo de existência, o faturamento, enquadramento fiscal, quantidade de clientes e a região onde estão localizados foram as variáveis pesquisadas. Além disso, buscou-se traçar as características dos clientes destes escritórios contábeis quanto ao enquadramento fiscal e setor econômico. Ainda, nesta análise, verificou-se a quantidade de sócios e funcionários, juntamente com as suas qualificações técnicas.

Observou-se que o tempo médio de existência dos escritórios de contabilidade pesquisados é de 24,97 anos. Além disso, 82,35 % das organizações têm tempo de vida maior que 10 anos, sendo o maior tempo encontrado de 71 anos e o menor, 4 anos de existência (Tabela 1).

Tabela 1. Tempo médio de existência dos escritórios contábeis de Santa Maria/RS

Escritórios de Contabilidade	Mínimo	Máximo	Média	Mediana
Tempo de Vida	4	71	24,97	23

Fonte: dados da pesquisa.

Os escritórios foram caracterizados quanto a sua estrutura, em termos de faturamento, enquadramento fiscal, quantidade de clientes e a região onde estão localizados, de acordo com a Tabela 2.

Constatou-se que 67,65% dos escritórios obtiveram faturamento anual mínimo de R\$ 360.000,01 e no máximo de R\$ 3.600.000,00, sendo, portanto classificados pela lei









complementar 123/06 em seu artigo 3° como empresas de pequeno porte. O restante dos escritórios (32,35%) teve receita bruta de até R\$360.000, se enquadrando como microempresas, pela mesma legislação. Quanto ao enquadramento fiscal, 94,12% optam pelo Simples Nacional e apenas 5,88% pelo Lucro Presumido. Isso se deve ao fato dos escritórios contábeis serem tributados na forma do anexo III da Lei Complementar 123/06, a qual os favorece com alíquotas inferiores aos outros anexos (IV e V) referentes à prestação de serviço. Salienta-se que para fins de classificação foi utilizada a lei do Simples Nacional nº 123/06 até final de 2017.

Tabela 2. Proporção de escritórios de acordo com o faturamento, regime fiscal, quantidade e localização dos clientes

Escritórios de Contabilidade					
Receita Bruta Anual					
Até R\$360.000	32,35%				
De R\$360.000, 01 até R\$ 3.600.000,00	67,65%				
Regime de Enquadramento Fiscal					
Simples Nacional	94,12%				
Lucro Presumido	5,88%				
Quantidade de Clientes					
Até 50	20,59%				
De 51 a 100	32,35%				
Acima de 100	47,06%				
Localização dos Clientes					
Santa Maria e Região Central	73,53%				
Santa Maria, Região Central e outras cidades do RS	20,59%				
Santa Maria, região central, outras cidades do RS, outros estados do Brasil	5,88%				

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados do estudo também revelaram que 47,06% das organizações contábeis possuem mais de 100 clientes e a maioria deles, 73,53%, estão localizados em Santa Maria e região central. Os dados coletados possibilitaram uma análise sobre o perfil desses clientes, conforme a Tabela 3. No aspecto setor econômico dos clientes, constatou-se que a maioria atua no setor de comércio (51,71%), seguido pelo setor de serviços 36,71%. Destaca-se que o setor de serviços tem uma grande representatividade em Santa Maria, segundo pesquisa realizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE-RS), pois 43% das empresas de Santa Maria, em 2015, eram prestadoras de serviços, e juntando com as empresas comerciais do município, em 2014, representavam uma participação de 71,9% no valor adicionado. Já no aspecto referente ao enquadramento fiscal dos clientes, 53,82% optam pelo Simples Nacional; 28,35% pelo lucro presumido e apenas 3.32% são isentos/imunes.

Tabela 3. Perfil dos clientes dos escritórios de contabilidade de Santa Maria/RS e região central









Características dos clientes	Mínimo	Máximo	Média	Mediana
Setor Econômico dos clientes				
Prestador de Serviço	10,00%	90,00%	36,71%	34,00%
Empresas Comerciais	10,00%	85,00%	51,71%	50,00%
Empresas Industriais	0,00%	35,00%	7,29%	5,00%
Entidades do 3ºsetor	0,00%	20,00%	4,29%	0,00%
Enquadramento Fiscal Federal				
Simples Nacional	11,00%	90,00%	53,82%	50,00%
Lucro Presumido	8,00%	60,00%	28,35%	26,5%
Lucro Real	0,00%	75,00%	14,21%	10,00%
Isento/Imune	0,00%	13,00%	3,32%	1,5%

Fonte: dados da pesquisa.

Os escritórios contábeis foram analisados quanto a quantidade e qualificação técnica dos sócios e funcionários. Os resultados estão demonstrados na Tabela 4. Referente à quantidade de sócios, pode-se perceber que a quantidade média é de 2,68 e mediana de 2, sendo o máximo de 11. Em relação aos funcionários, a média encontrada é de 12,5, mediana de 8 e o máximo, 42 funcionários. Nas análises da qualificação técnica dos sócios, nota-se maior média em graduados em Ciências Contábeis (45,91%), seguido pelos técnicos em contabilidade.

Tabela 4. Perfil dos sócios e funcionários de contabilidade de Santa Maria RS

	Máximo	Média	Mediana
Sócios e Qualificação Técnica			
Quantidade de Sócios	11	2,68	2
Técnicos em Contabilidade	100,00%	19,68%	0,00%
Estudantes em Ciências Contábeis	0,00%	0,00%	0,00%
Graduados em Ciências Contábeis	100,00%	45,91%	50,00%
Pós Graduados	100,00%	26,79%	0,00%
Funcionários e qualificação técnica			
Quantidade de funcionários	42	12,5	8
Ensino Médio Completo	50,00%	11,62%	0,00%
Técnicos em Contabilidade	100,00%	24,18%	15,00%
Estudantes em Ciências Contábeis	75,00%	27,12%	25,00%
Graduados em Ciências Contábeis	73,00%	26,68%	25,00%
Pós Graduados	25,00%	2,44%	0,00%

Fonte: dados da pesquisa.

Pela análise dos dados, percebe-se que em média os escritórios têm 2,68 sócios, sendo 11 o máximo de sócios e 2, a mediana. Já em relação ao número de funcionários, observa-se a média de 12,5; mediana 8 e o máximo de 42 funcionários. Quanto à qualificação técnica dos sócios, destaca-se a graduação em Ciências Contábeis, com média de 45,91% e mediana de 50,00%, seguido de pós-graduados (26,79%) e técnicos em contabilidade (19,68%).

A qualificação técnica dos funcionários é bastante variada. Identifica-se que a proporção de funcionários estudantes em Ciências Contábeis é a de maior média (27,12%),









seguida de graduados em Ciências Contábeis, de 26,68%; logo, os técnicos em contabilidade, com média de 24,18%. Desta análise percebe-se, grau maior de qualificação técnica entre os sócios dos escritórios contábeis. O grande número de estudantes em Ciências Contábeis nos escritórios de contabilidade, pode ser justificado pela quantidade de universidades no município de Santa Maria, que possuem este curso de graduação. De acordo com o MEC, 7 universidades oferecem o curso de Ciências Contábeis de forma presencial no município.

Quando se comparam estes resultados com os apresentados pelo estudo desenvolvido por Rocha (2009) na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, percebe-se que os funcionários e sócios dos escritórios de Santa Maria têm uma melhor qualificação técnica no ano de 2017 do que os de Belo Horizonte, em 2009. No entanto, há que se considerar a defasagem de tempo entre os estudos, que é de 8 anos. No estudo de Rocha, a maior proporção dos sócios era técnicos em contabilidade e dos funcionários, 60% também eram técnicos, enquanto que nos escritórios contábeis de Santa Maria destaca-se os graduados em Ciências Contábeis como maior proporção entre os sócios e, de funcionários, os estudantes do Curso estão na frente.

Os dados coletados permitiram a análise do perfil e estrutura dos escritórios de contabilidade de Santa Maria-RS. Porém, o estudo preocupou-se essencialmente em verificar o controle interno implantado e a utilização de sistema integrado de controle por parte desses escritórios.

4.2 Principais aspectos do Controle Interno e Sistemas Integrados

Apresenta-se, nessa sessão, a verificação de relação entre as variáveis controle interno e sistema integrado de gestão. Identificando as maiores proporções de empresas que possuem ou não controle interno implantado e sistema integrado de gestão nas áreas administrativa e financeira, contabilidade, fiscal, pessoal e gerencial. Além disso, foi realizada pesquisa descritiva a fim de verificar quais são as ferramentas mais utilizadas para suporte na tomada de decisão, e a frequência na emissão dos demonstrativos financeiros.

As áreas escolhidas para análise foram aquelas associadas aos principais departamentos dentro de um escritório de contabilidade: a contabilidade, a qual é responsável pela escrituração contábil, livro diário, razão e demonstrativos contábeis e financeiros (estas podem ser físicas ou eletrônicas); a fiscal, que cuida dos lançamentos de notas fiscais, apuração de tributos, obrigações acessórias e livros fiscais; a pessoal, que é encarregada da admissão, demissão e apuração da folha de pagamento; a administrativo-financeira, que controla as contas a pagar e a receber; e, finalmente, a gerencial, que utiliza as informações para a tomada de decisão.

Os escritórios de contabilidade podem integrar total ou parcialmente a escrituração contábil. Quando integram, as áreas são compartilhadas e as informações são compartilhadas pelo banco de dados. Todavia, os escritórios podem ainda, manter sua escrituração informatizada, ou seja, a partir de informações individualizadas para elaboração dos relatórios ou ainda ele pode ser manual, em que a maioria das informações são elaboradas manualmente. Dessa forma, o estudo buscou investigar quais as áreas que possuem ou não a integração dos sistemas, além de identificar a presença de controle interno.

Verificou-se que dos 34 escritórios pesquisados, 31 apresentam algum controle interno implantado. Destes, 47% apresentam controle interno parcial, ou seja, o controle interno não está presente em todas as áreas; 44% apresentam controle interno total; e, 9% não apresentam









controle interno nas áreas fiscal, pessoal, contábil, administrativo e legalização, baixa e alteração de empresas. Estes dados estão apresentados na Figura 1.

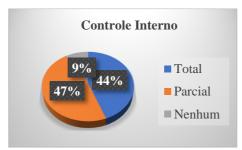


Figura 1. Proporção de empresas com controle interno implantado.

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a Tabela 5, observa-se que as maiores proporções de implantação de controle interno estão nas áreas da contabilidade, da fiscal, seguida da área de pessoal. Justifica-se maior controle interno nessas áreas, pois os escritórios buscam pela qualidade no serviço prestado. Além disso, os serviços dessas áreas, de caráter mais operacional, são realizados pelos funcionários, por isso precisam de um controle maior.

Tabela 5. Proporção de Controle Interno por área

Áreas	Controle Interno implantado nas áreas		
Contabilidade	97%		
Fiscal	97%		
Pessoal	94%		
Administrativo Financeiro	77%		

Fonte: dados da pesquisa.

Comparando este estudo, no ano de 2017, no município de Santa Maria RS, com o de Rocha (2009), no município de Belo Horizonte e região metropolitana, verifica-se que nos escritórios de Santa Maria o controle interno é maior, já que em Belo Horizonte 72,3 % dos escritórios possuíam algum controle interno. Percebe-se semelhança nas áreas de maior proporção de controle interno implantado. Em Belo Horizonte destacavam-se as áreas da contabilidade, fiscal e pessoal com médias de 73%, 72% e 71% respectivamente. Já em Santa Maria, apesar dessas proporções serem maiores, sendo 97%, contabilidade e fiscal e 94%, pessoal, as áreas de destaque são as mesmas.

Em relação à utilização de sistema integrado de gestão entre as áreas, que está representada na Figura 2, observou-se que 59% dos escritórios possuem sistema integrado parcial, ou seja, não integram todas as áreas; 32% possuem sistema integrado total; e 9%, não possuem sistema integrado.











Figura 2- Proporção das empresas com sistema integrado

Fonte: dados da pesquisa

Observou-se que assim como o controle interno, os escritórios de Santa Maria apresentaram maior proporção de integração dos sistemas nas áreas contábil fiscal e pessoal, pois 100% dos escritórios que possuem sistema integrado, integram essas áreas. As áreas de menor integração foram a administrativo-financeira e gerencial, sendo 35% e 45%, respectivamente. Este resultado, equipara-se com o estudo de Rocha (2009) o qual teve destaque nas mesmas áreas e a área do administrativo-financeiro apresentou a menor proporção, 18%, conforme se verifica na Tabela 6.

Tabela 6. Proporção nas áreas segundo níveis de integração de informações

Áreas do escritório	Sistema Integrado		
Contabilidade	100%		
Fiscal	100%		
Pessoal	100%		
Administrativo Financeiro	39%		
Gerencial	45%		

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 7, buscou-se relacionar a existência ou não de sistema integrado e controle interno implantado com as características do perfil dos escritórios contábeis, as quais são: tempo de vida do escritório, quantidade e qualificação técnica dos sócios e funcionários, e características dos clientes, quanto ao setor e regime fiscal.

O tempo médio de vida dos escritórios contábeis é maior (45,33 anos) nas empresas que possuem sistema integrado e controle interno completos e menor nos escritórios que possuem sistema integrado completo e controle interno parcial. A quantidade de funcionários equipara-se a este resultado, ou seja, empresas com maior tempo de vida e maior quantidade de funcionários tendem a apresentar sistema integrado e controle interno completos.

Tabela 7. Média das quantidades e das porcentagens das variáveis condicionadas à existência ou não de sistema integrado e controle interno implantado

			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
Sistema	Parcial	Não Possui	Parcial	Completo	Parcial	Completo
Integrado				_		_
Controle	Não Possui	Parcial	Parcial	Parcial	Completo	Completo







Interno		A DESTRUCTION OF THE PARTY OF	ato and			12 a 14 ucagos
Tempo de vida	29,00	27,00	21,40	18,13	24,42	45,33
Quantidade de Sócios	2,33	1,67	2,40	2,75	3,08	2,67
Técnicos em contabilidade	42%	50%	30%	15%	5%	22%
Estudantes em Ciências contábeis	0	0	0	0	0	0
Graduados em Contabilidade	50%	33%	35%	21%	71%	39%
Pós Graduados	0%	17%	15%	57%	22%,	22%
Quantidade de Funcionários	6,33	5,00	15,20	12,13	13,92	17,00
Ensino Médio Completo	17%	17%	11%	9%	14%	1%
Técnicos em contabilidade	39%	30%	29%	27%	11%	40%
Estudantes em ciências contábeis	14%	18%	33%	30%	28%	28%
Graduados em Ciências Contábeis	13%	23%	19%	33%	34%	8%
Pós Graduados	6%	8%	4%	1%	1%	3%
Clientes setor: serviços	53%	32%	30%	46%	29%	43%
Clientes setor: comércio	40%	52%	61%	40%	59%	50%
Clientes setor indústria	7%	10%	7%	8%	7%	5%
Clientes setor :3° setor	0%	7%	2%	7%	5%	3%
Regime Fiscal cliente: Simples	57%	73%	58%	55%	50%	37%
Regime Fiscal cliente:	38%	19%	31%	25%	29%	30%
Presumido Regime Fiscal cliente: real	3%	3%	9%	14%	18%	32%
Regime Fiscal cliente:	2%	4%	1%	6%	3%	1%
isento/imune Número de escritórios	3	3	5	8	12	3

Fonte: dados da pesquisa.









Em relação, aos sócios, a quantidade média é maior nos escritórios que possuem sistema integrado parcial e controle interno completo e, menor, em escritórios que não possuem sistema integrado e com controle interno parcial. Quanto à qualificação técnica dos sócios, as empresas que não possuem sistema integrado e controle interno parcial apresentam maior proporção de sócios técnicos em contabilidade. Já os escritórios que possuem sistema integrado parcial e controle interno completo apresentam maior proporção de sócios graduados em Ciências Contábeis.

Para os escritórios que possuem sistema integrado parcial e não possuem sistema integrado, assim como os que possuem controle interno parcial e não possuem sistema integrado, a proporção de funcionários com ensino médio completo é maior, demonstrando aparentemente que escritórios com sistema integrado e controle interno completos preferem técnicos em contabilidade como funcionários, já que apresenta a maior proporção.

Com relação à atividade econômica dos clientes, os dados suportam que é possível haver uma associação entre escritórios que possuem controle interno (completo ou parcial) e apresentam maior cartela de clientes no comércio. Escritórios que possuem sistema integrado e controle interno completos, 50% dos clientes têm como atividade econômica o comércio; escritórios que possuem sistema integrado parcial e controle interno completo, 59% dos clientes também são empresas comerciais. Já o setor de serviços é mais presente em escritórios que possuem sistema integrado parcial e não possuem controle interno (53%).

Outro resultado que chama atenção é que, os escritórios de contabilidade que possuem sistema integrado e controle interno completos apresentam a maior proporção de clientes optantes pelo lucro real (32%), enquanto que escritórios que não possuem controle interno ou sistema integrado apresentam menor proporção de clientes optantes por esse mesmo regime. Dessa forma, evidencia-se alguma relação entre controle interno e sistema integrado com o regime de enquadramento fiscal.

Por fim, observa-se que a maioria dos escritórios contábeis (12) possuem controle interno completo e sistema integrado parcial; apenas 3 dos escritórios possuem sistema integrado e controle interno completos. Como já foi observado, os escritórios têm dificuldade em integrar a área do administrativo-financeiro.

Os escritórios contábeis foram investigados quanto à escrituração manual. Dentre os 34, apenas 3 apresentam algum tipo de escrituração manual, demonstrando que estão adequados ao contexto tecnológico. Conforme os dados da Tabela 8, a área que apresenta maior escrituração manual é do administrativo-financeiro (67%), seguida pelas áreas da contabilidade e fiscal (33%). Nas áreas do pessoal e gerencial, nenhum dos escritórios apresenta escrituração manual.

Tabela 8. Proporção de escrituração manual por área

Áreas do escritório	Escrituração manual
Administrativo financeiro	67%
Contabilidade	33%
Fiscal	33%
Pessoal	0%
Gerencial	0%

Fonte: dados da pesquisa.









A Tabela 9 evidencia a frequência da média da emissão dos demonstrativos contábeis e financeiros pelos escritórios de contabilidade pesquisados.

Tabela 9. Frequência da média de emissão dos demonstrativos contábeis e financeiros

Demonstrativo	Não utiliza	Anualmente	Trimestralmente	Mensalmente	Diariamente
Balancete	3%	15%	6%	74%	3%
Balanço Patrimonial	0%	82%	6%	12%	0%
Demonstrativo e resultado	0%	41%	15%	41%	3%
Fluxo de caixa	24%	15%	0%	32%	29%
Demonstrativo das mutações de patrimônio liquido	29%	53%	9%	9%	0%
Orçamento	35%	15%	9%	38%	3%

Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos escritórios (74%) utiliza o balancete mensalmente. Já o balanço patrimonial é usado em 82% dos escritórios, anualmente. O fluxo de caixa não é utilizado por 24% dos escritórios e 32% deles utiliza o de forma mensal. A DMPL é usada anualmente na maioria das vezes (53%). E o orçamento, o qual não é obrigatório, e é um demonstrativo o qual auxilia na gestão, não é usado por 35% dos escritórios contábeis e, a maioria deles (38%) utiliza mensalmente.

5 Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo verificar e descrever a existência da relação entre controle interno e sistema integrado de gestão nos escritórios de contabilidade, no município de Santa Maria/RS, no ano de 2017. O objetivo da pesquisa foi alcançado a partir da aplicação de 34 formulários junto aos gestores dos escritórios e desse modo elaborou-se uma análise descritiva, que também permitiu definir o perfil dos escritórios contábeis.

O estudo contatou que a maioria deles são classificados como empresas de pequeno porte e 94,12% deles optam pelo Simples Nacional. Quanto à qualificação técnica dos gestores, destaca-se a graduação em Ciências Contábeis, sendo que apenas 26,79% possuem pós-graduação. No aspecto setor econômico dos clientes, contatou-se que 88,42% atuam nos setores comércio e prestação de serviço, indo de encontro à pesquisa realizada pelo SEBRAE, na qual o município de Santa Maria, na sua geração de renda, se utiliza de apenas 7% do setor industrial. Outro dado relevante, na definição do perfil dos escritórios, é o fato de 47% destes possuírem mais de 100 clientes, em média 12 funcionários e tempo médio de existência de 25 anos.

Quanto à existência de controle interno, 44% dos escritórios apresentam controle interno total, 47% controle interno parcial e apenas 9% não o possuem instalado. Dentre aqueles que apresentam controle interno, a área com menor percentual de uso é a administrativo-financeira. Em relação à utilização do sistema integrado, observou-se que 59% dos escritórios possuem sistema integrado parcial; 32% total; e, 9% não o possuem. Assim como o controle interno, os escritórios apresentam menor integração nas áreas administrativo-financeira.









O relacionamento da estrutura do escritório com os controles internos e o sistema integrado permitiu avaliar que as empresas com maior tempo de vida e maior quantidade de funcionários tendem a ter sistema integrado e controle interno completos. Quanto à qualificação técnica dos sócios, as empresas que não possuem sistema integrado e com controle interno parcial apresentam maior proporção de sócios técnicos em contabilidade. Já os escritórios que possuem sistema integrado parcial e controle interno completo apresentam maior proporção de sócios graduados em Ciências Contábeis.

Observou-se também a relação existente entre o regime fiscal dos clientes e o uso de controle interno e sistema integrado completo, sendo as empresas tributadas pelo Lucro Real as que mais utilizam controle interno e sistema integrado.

No que concerne à emissão de demonstrativos contábeis e financeiros, destaca-se em 82% dos escritórios o uso do balanço patrimonial anual. Os demonstrativos financeiros, fluxo de caixa e orçamento são pouco utilizados pelos escritórios.

Dessa forma, pode-se inferir que no município de Santa Maria os escritórios de contabilidade são empresas de pequeno porte que apresentam em sua maioria controle e sistema integrado de gestão.

Como limitação dessa pesquisa aponta-se que esta restringiu-se aos escritórios contábeis localizados no centro de Santa Maria e que as características econômicas e sociais da cidade devem ser consideradas para uma replicação do estudo em outras cidades. Dessa forma, para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação desta em regiões cuja base econômica se diferencie da praticada no município de Santa Maria/RS.

Referências

Attie, W. (1985). Auditoria. Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas.

Attie, W. (1998). Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas.

Attie, W. (2010). Auditoria. Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas.

Bairro, D. R. (2008) *Sistema de informação contábil como ferramenta para a tomada de decisão*. Trabalho de conclusão de curso bacharel do curso superior em Ciências Contabéis, Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.

Barros, A.J.S e Lehfeld, N. A. S. (2007). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Catelli, A. (2001) Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas. Coleção seminários CRC-SP/Ibracon. (2000). Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria. São Paulo: Atlas.

Comitê das organizações Patrocinadoras – COSO.(2013). *Dispõe sobre gerenciamento de riscos corporativos e estrutura integrada*. Recuperado em, 4 de abril, 2018 de https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf Cordeiro, C. M. R. (2013). *Auditoria Interna e Operacional: Fundamentos, Conceitos e Aplicações Práticas*. São Paulo: Atlas.

Crepaldi, A. S., Crepaldi, S. G. (2016). *Auditoria contábil - teoria e prática*. São Paulo: Atlas. Instituto dos auditores internos do Brasil. (2004). *Dispõe sobre normas internacionais para o exercício profissional interna*. Recuperado em, 20 de abril, 2018 de https://iiabrasil.org.br//iiabrasil

Lakatos, E. M e Marconi, M. A. (2001). Fundamentos metodologia científica. São Paulo : Atlas.









Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (2006). Institui o Estatuto Nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. Brasília, DF. Recuperado em, 23 de abril, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm

Mañas, A.V.(1999) Administração de sistemas de informação: como otimizar a empresa por meio dos sistemas de informação. São Paulo: Editora Érica.

Mattar, F.N. (2001). Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas.

Michel, M. H. (2015). *Metodologia e pesquisa cientifica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas S.A.

Norma Brasileira de contabilidade. (2003). Dispõe sobre Auditoria Interna. Recuperado em, 1 de maio, 2018 de

http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986

Norma Brasileira de contabilidade. (2008). Dispõe sobre controle interno. Recuperado em, 1 de maio, 2018 de http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001135

Oliveira, A.G, Muller, A. N e Nakamura, W.T (2000). A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. *Revista FAE*, 3(3). Recuperado em, 20 de abril, 2018 de https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/508

Padoveze, C.L (2014). Sistema de informação contábil: Fundamentos e análises. São Paulo: Thomson.

Pereira, A. N. (2004). A Importância do controle interno para a gestão das empresas *Revista Pensar Contábil*, 6 (25).

Rezende, D. A. (2003). Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. São Paulo: Atlas

Rocha, A. M. (2009). *Uma análise do sistema de gerenciamento e controle interno dos escritórios de contabilidade de belo horizonte/MG e região metropolitana*. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis, Faculdade Novos Horizontes, MG, Brasil.

Rosini, A. M e Palmisano, A. (2012). *Administração de sistemas de informação e a Gestão do Conhecimento*. São Paulo: Cengage Learning.

Selhorst, L. (2008). *Sistemas Governamentais de administração financeira*. Palhoça: UnisulVitual.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2017). *Perfil das cidades gaúchas*. Recuperado em 05 de fevereiro, 2018, de http://ambientedigital.sebraers.com.br/Download/PerfilCidades/Perfil_Cidades_Gauchas-santa_maria.pdf Silva, A. C. R. (2003). Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas. Yin. R. K. (2005) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.





